

RESENHA

Geografia Socioambiental (Live Webinar com o Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça, da Universidade Federal do Paraná. 25/06/2020)

Rodrigo Marciel Soares Dutra
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.
rodrigo.dutra.gyn@gmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar a resenha da Live Webinar do Laboratório de Geomorfologia e Gestão dos Riscos e Desastres Naturais (Genat) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre Geografia Socioambiental, com o Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a qual foi transmitida pelo canal do Genat/UFPG no YouTube, em 25 de junho de 2020.¹ Conforme informações obtidas da Plataforma Lattes, o Professor Francisco de Assis Mendonça é professor Titular do Departamento de Geografia da UFPR, graduou-se pela UFG (1983), fez Mestrado em Geografia Física/Meio Ambiente na USP (1990) e doutorou-se em Clima e Planejamento Urbano na USP (1995) e realizou o pós-doutorado em Epistemologia da Geografia na Université Sorbonne - Paris I, em 2005, além do Estudo do Ambiente Urbano na Universidad de Chile (2014) em Geografia.

O professor abre a palestra com a informação, de que o período iniciado na década de 1980 até meados da década de 1990, representou um período interessante, na história brasileira, em que a discussão ambiental era pautada de forma ampla, transversal, inter- e transdisciplinar nas universidades brasileiras, onde um núcleo nacional criou os núcleos locais interdisciplinares voltados para o meio ambiente.

¹ Pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=TzJFy7Ki_rY>.

Em 2021, comemoraram-se 32 anos da publicação do livro *Geografia Física: uma Ciência Humana?* e 29 anos da publicação de *Geografia e Meio Ambiente*. Essas duas obras iniciais e as que vieram na sequência foram centrais para o debate ambiental e a relação entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Portanto, compreendem mais de 30 anos de produção teórico-conceitual e epistemológica no grande campo da Geografia Ambiental/Socioambiental. Além disso, comemoram-se 21 anos da publicação do primeiro artigo *Geografia Socioambiental*, na revista *Terra Livre* da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) sobre essa abordagem, publicado também, em 2001, como capítulo do livro *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Esse livro foi o resultado de um profícuo debate organizado na UFPR relativo à Geografia na modernidade e a passagem para a pós-modernidade. Durante esses mais de 30 anos, há uma extensa bibliografia relacionada à temática. Neste sentido, cabe ressaltar a importância que os temas sociais assumem na construção da Geografia Socioambiental, numa perspectiva teórico-metodológica e pedagógica inter- e transdisciplinar a partir do diálogo de saberes.

A apresentação foi subdividida em quatro grande subtemáticas: o conceito de natureza na Ciência e, sobretudo, na Geografia; a sistematização disciplinar na Geografia ocasionada pela modernidade, derivando – nos últimos 150 anos – as concepções de Geografia Física e Geografia Humana; a Geografia Ambiental, que possui um período de formação e encontra-se bem datada, e a Geografia Socioambiental, construído de vários diálogos, leituras e debates entre campos dos saberes.

A partir da abordagem do economista, sociólogo e filósofo mexicano Enrique Leff, um dos mais importantes nomes da discussão ambiental atualmente, em seu livro *Racionalidade Ambiental*, Mendonça traz a evidência entre a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico produto do avanço da pós-modernidade e o aumento da desigualdade e da pobreza no mundo. Esses três elementos são sinais claros da crise civilizacional-histórica do mundo globalizado. A partir dessa intensa crise, que se torna vigorosa no momento mais avançado da modernidade, emerge a sustentabilidade como uma busca humana para pensar o futuro, embora esta se mostre como uma falha fundamental na história da humanidade. Toda essa construção histórica, de acordo com Leff, remete às origens da concepção de mundo, que serve de base à civilização ocidental.

De acordo com essa concepção de mundo, mutável de acordo com o avançar do processo histórico, Mendonça apresenta o conceito de natureza, que faz parte da história do Ocidente e adquiriu um significado marcante nos últimos 200 anos. Nesta senda, cita Humboldt, que desenvolveu a ideia de natureza como um ente com múltiplas interações, cujo contexto era complexo, já no século XIX. O conceito de natureza ainda carrega essa visão, pois, por mais que Humboldt busque, na sua obra, evidenciar as relações do ser humano com esse substrato ou base da existência, chamada natureza, os homens ainda estão relativamente separados dessa base.

A partir de uma perspectiva clássica, a Terra é representada como Gaia, como um todo. Foucault, em *Arqueologia do Saber*, ao discutir o historicidade do pensar humano sobre a realidade, afirma que as sociedades grega e romana têm uma perspectiva de existência monista, segundo a qual os elementos compunham parte de um todo, não havendo diferenciação entre planos distintos da existência. Portanto, não havia uma distinção de natureza e sociedade, entre condições materiais e espirituais. A sociedade era considerada, portanto, como parte do universo.

Após a corrente monista, apresenta-se o dualismo: a ruptura homem-natureza, que a modernidade virá a explicitar. O dualismo é a marca do período medieval, em que a existência se dá em dois planos: o plano físico da matéria e o plano da transcendência/espiritualidade, a partir de um paradigma cristão. O homem, com o seu corpo e a sua condição de existência, é a natureza divina, representação de Deus na Terra, diferente daquela natureza externa (vegetação, relevo, hidrografia) criada pela divindade para dar subsistência aos homens, ou seja, servir à natureza divina. Essa ruptura brutal e permanente entre uma natureza divina dos homens e outra criada para suprir as necessidades humanas ocorre com a inauguração da medievalidade e do cristianismo como Igreja, colocando o homem como superior à natureza externa, a qual foi inferiorizada. O próprio homem é quem cria a ideia de que ele é a representação de Deus no universo e tudo teria sido criado para o usufruto humano. Nesse contexto, o pecado se aplica tão somente às relações humanas. Não se coloca nenhuma condição de pesar e consciência e/ou responsabilidade na relação dos homens com os demais seres vivos e também com os não-vivos, não acarretando, portanto, nenhuma penalidade. Isso ocasiona uma relação, consolidada por dez séculos de medievalidade, que leva à matriz que matiza os pensamentos humanos da relação entre os homens e a natureza, que agora está externada, que não é o corpo humano nem a sociedade humana.

Essa religiosidade é colocada em xeque pelo Renascimento, que coincide com o mercantilismo nas relações econômicas. Em virtude do fato de Deus não trazer a solução para a grande crise de 1300 e 1400, que assolava a Europa, foi necessário buscar outra saída. Nesse bojo, o conjunto de saberes do período pré-medieval, contestado pelo obscurantismo religioso, é retomado sob outra perspectiva. Assim, o mundo é redesenhado e redefinido, no qual o racionalismo se coloca para orientar o pensamento e a conduta humanos. Há que se ressaltar o papel do Renascimento para a retomada das bases da ciência da modernidade, presentes como pré-ciência na Grécia clássica. É nesse momento que se tem a retomada do pensamento geográfico, em que o geógrafo aparece como perspectiva política das Coroas Portuguesa e Espanhola, em decorrência do mercantilismo, ou seja, na fase primeira da modernidade. A Geografia é estruturada como ciência no século XIX, sobretudo, a partir do sequenciamento de ações dos alemães, franceses e ingleses.

Para Foucault, a Idade Moderna deve ser compreendida como um período do auge da modernidade, visto que, nesse período da história, há elementos que imiscuem conceitos dos períodos monista e dualista, além de outros valores criados. Essa complexidade se traduz na ideia de Estado Nacional Moderno, de exploração máxima da natureza, propiciadas tanto pela industrialização como pela urbanização, pois terá na ciência um dos pilares de sua estruturação. Enquanto a ciência, o urbano e o industrial serão sinônimos de modernidade. O rural, o tradicional e o artesanal serão colocados como sinônimos de atraso. A Geografia científica/moderna surge nesse período, estruturada dentro das universidades com uma matriz eurocêntrica. Humboldt, Ritter e Ratzel, da Alemanha, e, posteriormente, Vidal de La Blache, Martonne e Reclus, da França, são evocados como os que dão origem à Geografia científica/moderna. A partir deles surgem os conceitos fundantes, que, até hoje, dão identidade à ciência geográfica: paisagem, território e região. Assim, ocorre a estruturação do pensamento científico voltado a compreender a diferenciação da superfície da Terra, o que hoje se chama espaço geográfico, mas que encontrou diferentes conceitos nos últimos 150 anos.

No século XIX, Humboldt apresenta a natureza como um todo orgânico, formado por várias partes que se interagem, mas separada, em grande parte, dos homens, portanto, carregando certa herança medieval. Na esteira da leitura humboldtiana encontrar-se-á o significado de natureza moderna, consolidando uma ideia de natureza externa aos homens. Dessa natureza

externa, os homens tiram a base para a vida, mas ela não é o conjunto dos seres humanos nem é a sociedade². Essa natureza, esse quadro natural, faz com que a Geografia crie duas leituras que matizam o fazer geográfico: uma parte que se dedique a estudar a diferença das paisagens na superfície da Terra e a outra que vai tratar das paisagens que os homens produzem a partir de suas construções socioeconômicas, políticas e culturais, ou seja, falar de uma paisagem humana. Na obra *Cosmos*, de 1844, Humboldt já afirmava que em toda imensidão espacial, o esferoide terrestre, exige uma leitura especial. Portanto, há uma natureza espacial e uma natureza terrestre. Humboldt também afirma que a tendência em fracionar indefinidamente o conjunto dos nossos conhecimentos é um recurso que se deve saber evitar sob pena de resultar num empirismo irrefletido. Essa obra dará a estrutura para, mais tarde, compreender-se a ideia de superfície da Terra como objeto de uma Geografia. Humboldt traz a perspectiva do que virá a se constituir como Geografia Física.

A Geografia Física está presente a partir do século XIX, mas toma corpo disciplinar dentro da ciência geográfica ao término do século XIX e início do século XX, quando Emmanuel de Martonne, em seu *Tratado de Geografia Física Global*, mostra os postulados do estudo da natureza na superfície da Terra e da diferenciação espacial. Esta difere daquela Geografia Biológica, que, depois, será chamada de Biogeografia. Martonne, na fundação dessa Geografia Física, traz o relevo, a água, o clima e suas interações como objeto de estudo. Posteriormente, os soviéticos acrescentam o componente solo. Esses elementos mais os seres vivos comporão a Geografia Física, em seu sentido amplo. Esse período se desenvolve por mais ou menos uns 50 a 70 anos, dedicando-se a dar evidência, por meio de mapeamento, de descrição e por tentativa de compreensão dinâmica e processual da diferenciação das áreas da superfície da Terra, ou seja, a Geografia Física como o estudo da paisagem.

Do postulado positivista eminente naquele momento, do estudo da paisagem, parte-se da subdivisão desta em campos: geomorfologia, hidrografia e climatologia. Estes três campos e suas inter-relações, complementados pela vida e em relação com esta, compreendem a dimensão física da paisagem na Terra. Dessas inter-relações surgem a Biogeografia e a Pedologia. A perspectiva desse momento é o desvendamento do mundo por um processo de descrição positivista da

² Nesse contexto, cabe citar Bruno Latour, onde ele afirma de forma eloquente que nunca fomos, portanto, modernos. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 15, n. 1, p. 283-292, 2023
ISSN: 2177- 3300

natureza, onde esta assume papel de recurso natural, ou seja, os recursos-base para o processo de desenvolvimento do capitalismo. De meados do século XIX até meados do século XX, a expansão da exploração da natureza irá compor a base da produção industrial e das relações internacionais de mercado. A natureza transformada em mercadoria. O Estado depende desse conhecimento científico descritivo-positivista para estar bem-informado quanto à localização dos bens naturais, que por intermédio do processo de exploração são transformados em recursos naturais, e servem como base do desenvolvimento econômico do mundo naquele momento. Desse modo, a Geografia, ao fazer estudos descritivos dos lugares, terá um papel primordial, nesse período.

A Geografia irá evoluir de uma análise conceitual e teórico-metodológica embasada na descrição e no positivismo para uma compreensão da dinâmica de processos, que vai culminar, nos anos de 1930-1940, na análise processual e dinâmica. Como fruto desse processo, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, tem-se a construção da Teoria dos Geossistemas, que, ao mesmo tempo, é uma base teórico-conceitual para entender as paisagens naturais, busca envolver os processos produtivos de exploração dessa base natural da superfície da Terra, inserindo perspectivas econômicas e/ou sociais na análise das paisagens.

Nos anos 1950-1970, devido à evidência dos movimentos ambientalistas e o questionamento da finitude das bases ecológicas da vida³, sobretudo nos países centrais. Esses movimentos tinham como principal pauta a mudança de desenvolvimento predatório em voga e viam na exaustão dos bens naturais uma ameaça à continuidade da vida humana no planeta. Nesse momento histórico, verifica-se uma explosão demográfica mundial, que analisada sob a perspectiva da condição ecológica da existência, ressuscita a teoria malthusiana, nos anos 1960 pregando que a população crescia em base geométrica e, em contrapartida, a base alimentar crescia em base aritmética. Portanto, o fim de nossa existência estava dado para um período muito próximo, de 50 a 60 anos. Os movimentos ambientalistas, principalmente os de rua dos anos 1960, sensibilizam o poder político e econômico internacional, pois a ciência comprovara a finitude dos recursos naturais, em especial do petróleo, e a limitação das bases ecológicas da vida. Vale lembrar a reunião do Clube de Roma, em 1968, e a Conferência de Estocolmo, em

³ Cabe ressaltar a importância da publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, no ano de 1962.

1972, que colocaram no centro de seu debate a ideia de desenvolvimento. Esse é um momento em que a natureza assume importância.

A Geografia Física, até então, enxergava a natureza como a heterogeneidade de superfícies da Terra. Os movimentos ambientalistas e os limites ao desenvolvimento e as perspectivas políticas colocadas pela sociedade fazem os “geógrafos físicos” e parte dos “geógrafos humanos” a reorientarem a abordagem analítica sobre os elementos da superfície terrestre. Nesse momento, a Ecologia Política assume um papel relevante, visto que a questão ambiental se coloca como fundamental nas decisões que serão tomadas, em especial, nas conferências internacionais e multilaterais. Há uma cobrança para a construção de um conhecimento que possa ser aplicado a um desenvolvimento, que garantirá o futuro da continuidade da vida humana no planeta. Nessa perspectiva, aparece a ideia de Ecogeografia. Como expoente desse movimento, pode ser citado Ignacy Sachs, que, a partir dos anos 1970, apela para o ecodesenvolvimento, uma concepção da academia, substituído por desenvolvimento sustentável, concepção dos grandes grupos políticos e econômicos, entre 1986 e 1987. Os geógrafos físicos são sensibilizados por esse meio conflituoso e de reivindicações para com a base natural do planeta e a ecologia, e inserem pouco a pouco essas demandas sociais para levar as bases do conhecimento científico-geográfico para o movimento social, a partir de uma ideia de movimento ambientalista, como, por exemplo, Aziz Nacib Ab’Saber, um dos militantes.

A ECO 92 proporciona mais questionamentos aos geógrafos, quando o sociólogo Herbert de Souza coloca a pobreza também como um problema ambiental que os leva a repensarem a Geografia. A partir de então, falar-se-á de uma Geografia Ambiental, a qual estabelece um salto da leitura da natureza estanque – aquela separada da sociedade – para uma leitura e análise que passa a englobar as demandas da sociedade.⁴ Os geógrafos irão criar, dos Geossistemas à Ecogeografia, conceitos, abordagens e métodos, que permitem tratar dessa interação. A perspectiva passa da descrição e da análise processual para a aplicação. Entre 1970 e 1990, predominam a elaboração de diagnósticos, de zoneamentos e de planejamentos ambientais, que possuem um caráter fortemente aplicado da Geografia, no processo de desenvolvimento, em especial, dos geógrafos físicos, em contato com profissionais de outras áreas do conhecimento.

⁴ A sociedade humana, ao fazer parte desse escopo, traz também a Geografia Humana para essa interação.

Desse desenvolvimento surge o que se convencionou chamar de Geografia Ambiental. Neste sentido, o Professor Mendonça considera como fundantes de uma Geografia Física no Brasil e de uma Geografia Ambiental, nos anos 1970-1990, nomes ilustres como: J. J. Bigarella, D. Romariz, A. N. Ab'Saber e C. A. F. Monteiro. Este último, em 1980, publica o importante livro *A Questão Ambiental no Brasil*, em que a Geografia Física não é mais dissociada da Geografia Humana. Portanto, as subdivisões são apenas escolhas temáticas que a Geografia permite, e das quais cada um pode fazer leituras diferenciadas. A Geografia Ambiental ou Socioambiental representa uma possibilidade de leitura da interação sociedade-natureza no momento presente. Para Mendonça, essa heterogeneidade geográfica é uma riqueza fantástica.

Na sequência, esperava-se êxito na condução da questão ambiental pela esfera política e um novo modelo de desenvolvimento, que não degradasse o meio ambiente. Porém, isso não acontece. Os problemas se agravam e o capitalismo se torna mais voraz, a partir dos anos 1990, com o advento de tecnologias e da globalização. Surge, então, a Geografia Socioambiental. Contudo, o termo socioambiental não se circunscreve a um termo geográfico, pois, antes, ele já havia sido adotado pelas Ciências Políticas e pela Sociologia, Ecologia Política e Antropologia. A partir dos anos 1990, esse tema rebata na Geografia como um termo de uso e não um termo-conceito. Por extensão, os questionamentos colocados ao termo socioambiental por outras áreas do conhecimento foram trazidos no intuito de serem averiguados geograficamente. A partir de 1998, o termo é visto como uma concepção na Geografia a fim de marcar uma diferenciação. A Geografia Socioambiental, que vem sendo desenvolvida a partir do primeiro texto datado de 1999, está construída baseada numa ideia de uma parte do conhecimento geográfico, o qual trabalha com questões provenientes de problemas resultantes da relação entre homem e natureza, os quais não são satisfatoriamente tratados pela vertente da Geografia Física e Geografia Humana e as subdivisões derivadas destas. Tratam-se de problemas complexos e transversais que transcendem olhares disciplinares. Isto também se aplica às diversas áreas do conhecimento, pois um só campo do conhecimento é incapaz de fornecer uma resposta completa.

Sob a premissa da Geografia Socioambiental, “problema” é uma condição social humana; da existência humana; não cabe falar na ótica de seres vivos não-humanos; pois “problema” resulta de uma construção social e existencial da humanidade. Os problemas têm historicidade, conteúdo, contexto. Sendo esse contexto, a modernidade avançada, a globalização, ou seja, o

Antropoceno, vivido. Nesse momento, são elementos importantes os riscos e as vulnerabilidades, que marcam a existência humana a partir dos anos 1980. Em 1986, o sociólogo alemão Ulrich Beck publica *Sociedade dos Riscos*, da qual deriva uma linha analítica atual. Devido ao fato dos riscos terem dimensões distintas no tempo e no espaço, mostra-se fundamental o trabalho do geógrafo com a sua análise. Os riscos se repercutem diferentemente sobre as sociedades, o que leva a tratar das vulnerabilidades, que lhes estão associadas. O filósofo francês Michel Serres publica, em 1990, *Contrato Natural*, onde traz a ecologia radical como movimento que busca subverter o marco da modernidade, erigida sobre a base do *Contrato Social* de Rousseau, no século XVIII. Vivemos um contexto presente de intensa complexidade, de sistemas complexos justapostos (mudanças globais; construção de cenários; precaução).

A Geografia Socioambiental encontra-se intrinsecamente vinculada aos problemas transversais da sociedade, no período de globalização. Trata dos problemas da interação sociedade-natureza, na intensificação das relações, ocasionada por uma exacerbação da tecnologia e da exploração capitalista sobre o espaço. Portanto, considera-se a complexidade numa perspectiva que toma força, a partir dos anos 1960, particularmente com Prigogine e Morin, e das mudanças globais, que caracterizam o Antropoceno.

O Antropoceno, como uma leitura da dinâmica da história da natureza, coincide, no momento histórico, com a globalização, que é a dimensão planetária das relações capitalistas de produção. Trata-se de um momento de Terra, em que os geógrafos não conseguem mais negligenciar, em suas análises, o aspecto global. Seja na própria escala global ou na escala macro para uma escala micro.

Vive-se um momento em que a Terra está dominada por uma hegemonia urbano-industrial. O planeta tem sua paisagem totalmente alterada, resultando noutra natureza, que Mendonça chama – alicerçado em Maturana, Varela e Serres – de híbrida. Embora essa natureza se reproduza, a sua produção já carrega elementos de alteração. Não se trata mais só de uma autoprodução da natureza; sua produção também está na relação com os homens. Trata-se de outra dinâmica que a Geografia deve abarcar.

Os problemas socioambientais, que afligem a humanidade, abordados pela Geografia Socioambiental, são sobretudo ocasionados pela diferenciação de classe, da exclusão étnica e de gênero, da marginalização. Se esses critérios não forem levados em conta para se tratar os

problemas ambientais, pouco se fará para a sua solução. Edgar Morin, já nos anos 1980, construiu um pensamento alinhado com a ideia de socioambiente, e, a partir dos anos 1990, ele vai defender a ideia de um território global, de uma Terra-Pátria. A concepção de território individualizado, fragmentado, levou à competição, à disputa e a enfrentamentos de destruição das bases da vida.

A Geografia Socioambiental propõe a interação entre a Geografia Física, a Geografia Humana e a Cartografia, colocando-se no momento histórico presente em que aflora a hipercomplexidade das relações sociais e das relações da sociedade-natureza somada aos problemas, derivados, sobretudo, da sociedade, portanto, questões sociais. Há um repensar, uma reconstrução da ideia de natureza para uma natureza híbrida e de um homem que precisa buscar outras leituras para avançar em sua condição de pertencente a essa “eco-organização”.

Enviado em 27/10/2022
Aprovado em 19/06/2023